

## **A formação e produção acadêmica na Educação Física adaptada: uma discussão à luz das diretrizes da Educação Inclusiva no estado da Bahia**

**OSNI OLIVEIRA NOBERTO DA SILVA\***

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir a formação do professor de Educação Física adaptada no que diz respeito a sua atuação na proposta de inclusão educacional, a luz das Diretrizes da educação inclusiva no Estado da Bahia. O estudo foi conduzido através de uma pesquisa documental. Assim, foi possível observar que apesar de cada vez o profissional de Educação Física Adaptada ser requisitado, as configurações curriculares atuais dos cursos de graduação não estão conseguindo garantir uma formação segura para que o egresso possa trabalhar com pessoas com deficiência. Além disso o reduzido número de grupos de pesquisa sobre a temática, o descompasso com os cursos de Especialização e a não existência de Programas de Pós-Graduação Strictu Sensu independentes sobre Educação Física adaptada são outros elementos complicadores.

**Palavras Chave:** Educação Física Adaptada; Educação Inclusiva; Diretrizes Educacionais.

*Academic education and production in adapted Physical Education: a discussion the light of Inclusive Educational guidelines in the state of Bahia*

**Abstract:** The purpose of this paper is to discuss the formation of the Adapted Physical Education teacher with respect to its action in the proposal of educational inclusion, in light of the Guidelines of inclusive education in the state of Bahia. The study was conducted through a documentary research. Thus, it was possible to observe that although the Adapted Physical Education professional is required, the current curricular configurations of the undergraduate courses are not able to guarantee a safe training so that the egress can work with people with disabilities. In addition, the reduced number of research groups on the subject, the lack of specialization courses and the lack of independent Strictu Sensu Postgraduate Programs on adapted Physical Education are other complicating elements.

**Key words:** Adapted Physical Education; Inclusive Education; Educational Guidelines.

---

\* **OSNI OLIVEIRA NOBERTO DA SILVA** é doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus IV. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Especial e Educação Física Adaptada (GEPEFA/UNEB).

## Introdução

No dia 9 de junho de 2017 foram promovidas na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia as novas Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia. Este documento representa um marco importante e pode direcionar as ações estaduais no que diz respeito à educação de alunos público-alvo do Atendimento Educação Especializado (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), além de oficializar uma série de atuações profissionais que já existem na prática, mas que agora passaram a ter reconhecimento legal e são extremamente importantes como elementos na consolidação das políticas de inclusão.

De acordo com Carlou (2018):

A educação inclusiva enquanto meta a atingir na sociedade atual constitui um movimento político, social e educacional que preconiza o direito de todos os indivíduos a participarem e contribuírem de forma ativa na sociedade, bem como o direito de serem aceitos e respeitados, independentemente das diferenças que revelem. Tal meta implica uma educação de qualidade, na qual para além de se valorizarem e respeitarem as características, interesses e necessidades individuais, se procura contribuir para o desenvolvimento de competências facilitadoras da participação e da cidadania. Sendo assim, para que a escola se traduza em um espaço que privilegia a diversidade é fundamental a elaboração de estratégias adaptadas às necessidades individuais de cada estudante (p. 11).

Entre os diversos avanços trazidos pelas Diretrizes da Educação Inclusiva no

Estado da Bahia, analisamos dois cargos relacionados à Educação Física. O primeiro deles aparece no item 7.1.6, na página 92 do documento, que é o cargo de Professor de Orientação e Mobilidade (OM), que é identificado como:

(...) um professor com atuação no CAPE<sup>1</sup> e instituição especializada, responsável em oferecer ao estudante com deficiência visual, surdocegueira e com deficiências múltiplas, informações e técnicas que lhes possibilitem se deslocar de maneira mais segura e independente possível (BAHIA, 2017, p. 92).

Segundo as diretrizes, a formação mínima desse professor é a graduação em Pedagogia ou outra Licenciatura, de preferência a Educação Física. Além disso é necessário ter curso de Pós-graduação na área de Educação Especial, deficiência visual e/ou Orientação e Mobilidade. Na falta desses, é necessário apresentar certificado de curso de aperfeiçoamento em deficiência visual ou Orientação e Mobilidade com carga horária mínima de 120 horas, com pelo menos 30% de atividades práticas (BAHIA, 2017). As atribuições específicas do professor de Orientação e Mobilidade são:

- \* avaliar o estudante para o atendimento de OM, atentando para o interesse do estudante e da família, a idade, as condições físicas, motoras e psicológicas;
- \* elaborar um planejamento específico para cada estudante;
- \* desenvolver os atendimentos respeitando as reais condições de cada estudante;
- \* proporcionar ao estudante o conhecimento dos espaços do Centro de Apoio Pedagógico Especializado, escola ou instituição especializada em que ele estiver

<sup>1</sup> Centros de Apoio Pedagógico Especializado

frequentando. Caso esteja matriculado em escola regular e em turno oposto frequentar o CAPE, o professor de OM deve atuar de forma itinerante, ministrando as aulas nos dois espaços;

\* confeccionar plantas baixas, mapas táteis e maquetes de espaços onde as aulas práticas serão desenvolvidas, possibilitando ao estudante fazer a consulta e exploração de ambientes;

\* orientar a família do estudante para que ela possa auxiliar a pessoa com deficiência;

\* liberar o estudante para locomoção independente (percursos longos em áreas externas) em acordo com a família (BAHIA, 2017, p. 93).

O segundo é o cargo de Professor de Educação Física Adaptada, que deverá atuar nos Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) e em instituições especializadas que oferecem atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial (BAHIA, 2017).

O perfil exigido para a assunção desse cargo é ter formação em Licenciatura em Educação Física, juntamente com curso a nível de Pós-Graduação na área de Educação Especial ou inclusiva ou especificamente em Educação Física Adaptada. Entretanto, o documento deixa claro que, não tendo curso de pós-graduação, será aceito Histórico Escolar que comprove ter cursado a disciplina Educação Física Adaptada durante o curso de graduação. Admite-se ainda curso de Aperfeiçoamento nas áreas da Educação Especial/inclusiva ou Educação Física Adaptada.

É importante notar que a exigência de ter pelo menos cursado a disciplina Educação Física Adaptada durante o curso de graduação não é restritiva, haja vista que hoje praticamente todos os

cursos de Educação Física possuem tal componente curricular. O documento também não deixa claro se haverá um prazo de transição para que os profissionais sem curso de Pós-graduação possam buscar sua qualificação.

Parece que a comissão que elaborou esse trecho do documento já prevê a carência inicial de um professor de Educação Física pós-graduado para atuar com a inclusão em todo o Estado da Bahia.

De qualquer forma, é notório que muito provavelmente mais postos de trabalho serão abertos por conta dessas novas diretrizes, ampliando a oferta de atendimento de alunos com deficiência no Estado da Bahia, o que inclui a Educação Física adaptada.

Aliado a isso, dados do IBGE (2010) existem cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, o que representa 24% da população nacional. Isso equivale a população inteira da Argentina e cerca de treze vezes a população total do Uruguai. Esses dados demonstram o tamanho do público-alvo que pode potencialmente ser atendido pelos profissionais de Educação Física Adaptada.

Diante da situação posta, o objetivo deste texto é discutir a atual formação do professor de Educação Física Adaptada, no que diz respeito a graduação, pesquisa e pós-graduação por conta das demandas trazidas a partir da promulgação das novas Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia.

O estudo foi feito através de uma pesquisa documental que de acordo com Gil (2007) pode se valer de alguns materiais que ainda não foram analisados (cartas, diários, fotografias, gravações de áudio e vídeo), ou que podem ser re-elaborados (relatórios de pesquisa, dados oficiais, gráficos, tabelas estatísticas

etc.), a depender dos objetivos do estudo. Neste caso foram utilizados dados disponibilizados nos sites oficiais do governo federal, sobre a quantidade de grupos de pesquisa e cursos de Educação Física Adaptada Lato Sensu e Strictu Sensu no Brasil, que foram analisados juntamente com a literatura disponível.

### **Breve histórico da relação entre a Educação Física e as pessoas com deficiência no Brasil**

A Educação de crianças com deficiência no Brasil sempre foi marcada ao longo da história por episódios de segregação, muitas vezes fomentada como política estatal. No caso da Educação Física era mais grave do que em outras disciplinas, já que no início do século XX não era comum e muito menos estimulado que pessoas com deficiência praticassem esportes. No Brasil, a não participação de alunos com deficiência era respaldada pelo próprio Estado.

Um exemplo foi a Portaria do Ministério da Educação em 1938 que estabelecia “a proibição de matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente das aulas de Educação Física” (CARMO, 1994, p. 31).

Além disso, eram comuns no século passado, os atestados médicos para liberar aqueles alunos considerados “inaptos” da frequência nas aulas de Educação Física na escola. No ensino superior também existiam em algumas Universidades uma série de testes práticos, que funcionavam como uma etapa suplementar do vestibular tradicional e serviam como elemento de admissão para o curso de Educação Física (DARIDO et al, 1995).

Além disso, os cursos de Licenciatura em Educação Física eram profundamente influenciados pela

medicina e o militarismo, tendo o ser humano padrão como referência, não levando em consideração toda a diversidade humana, o que acabou por espantar os novos professores formados por estes cursos no momento de atuar com alunos com deficiência (OLIVEIRA, 2007).

Durante os anos 80 do século XX, com o processo de redemocratização do país, começaram a se avivar pesquisas na área de Educação Física, para além dos aspectos biológicos e sanitários, agregando as áreas das Ciências Humanas e Sociais, como explicado por Oliveira (2007):

O que se percebia desde a década de 1980 na formação profissional e na produção científica da área era a predominância de uma concepção tradicional e tecnicista, de concepções curriculares questionáveis do ponto de vista dos avanços científicos e tecnológicos e, principalmente, que não atendiam às necessidades sociais. Na maioria das vezes, a estrutura curricular dos cursos estava preparada para formar o professor com uma ação meramente técnica, de executar e condicionar fisicamente seus alunos (OLIVEIRA, 2007, p. 27-28).

Em 1987, o Conselho Federal de Educação promulga a Resolução CFE 03/1987, com as novas diretrizes para a formação em Educação Física, fixando os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação (BRASIL, 1987). A partir daí quebra-se a visão de currículo mínimo previsto na resolução anterior, abre-se a possibilidade de aprofundamentos de estudos em busca de uma formação mais holística para o profissional, possibilitando inclusive uma maior discussão acerca da atuação com pessoas com deficiência. Esta resolução atualmente não está mais em vigor,

desde que foi substituída pela Resolução CNE/CES 07/2004 do Conselho Nacional de Educação.

O antigo Ministério de Estado da Educação e do Desporto recomendou, através da Portaria nº 1793, de dezembro de 1994, que as Instituições de Ensino Superior (IES) inserissem, no âmbito das Licenciaturas e dos cursos das áreas de saúde, uma disciplina que tratasse do tema referente a pessoa com deficiência e Necessidades Educacionais Especiais, com segue transcrito a seguir:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLÍTICO-EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Art. 2º. Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos–Ético–Políticos–Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Art. 3º. Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial (BRASIL, 1994).

É possível notar nesta Portaria que, apesar da garantia da admissão de um componente curricular que garantia as

discussões sobre o tema das pessoas com deficiência no fluxograma dos cursos de graduação circunscritos, o documento deixa claro o forte viés biomédico deste componente, pois o texto não deixa claro haver diferenciação entre os conhecimentos exigidos para os profissionais da saúde e os profissionais da Educação, no que diz respeito ao trabalho com esse público-alvo.

Com as devidas garantias legais, os currículos dos cursos de Educação Física, a partir daí começaram oficialmente a preparar seus egressos para a atuação com alunos com deficiência, desenvolvendo também grupos de estudos e pesquisas, dando surgimento no Brasil do novo campo de estudos conhecido como Educação Física Adaptada (CIDADE; FREITAS, 1997). De forma conceitual a Educação Física Adaptada pode ser entendida como:

[...] uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE E WERNER, 1995, p. 9).

Inicialmente foi perceptível a falta de preparo da maioria dos antigos professores para ministrar essa disciplina nos cursos de graduação, inclusive de Educação Física, expondo as ausências e lacunas na formação dos docentes para atuar com a diversidade (RIBEIRO, 2004).

Apesar disso, é inegável o avanço, tanto legislativo quanto acadêmico, acerca da formação de profissionais para atuação com pessoas com deficiência, principalmente nos cursos de Educação Física. Ainda que novos desafios tenham

surgido, a área de Educação Física Adaptada no Brasil lentamente começou a se consolidar.

### **O conhecimento da Educação Física Adaptada nos cursos de graduação brasileiros.**

De acordo com Lunna (2005) existe uma desarticulação entre o componente que trata das pessoas com deficiência e o resto das disciplinas do currículo. E autora ainda complementa:

Os formadores de professores não se debruçam em renovar estratégias, estabelecer novas formas de selecionar conteúdos, entre outros conhecimentos que um licenciado deve ter, para atender os deficientes, não se dão conta que isto é uma forma de aceitar que o deficiente é que deve se moldar (LUNNA, 2005, p. 76).

Em uma pesquisa que realizamos com 7 professores de Educação Física, que tinham alunos com deficiência em sua sala de aula em escolas estaduais da cidade de Feira de Santana-BA, foi percebido que, aqueles formados em cursos de Educação Física anteriores a resolução CFE 03/1987, disseram ter dificuldades em trabalhar com alunos com deficiência, porque, segundo eles não tiveram em suas formações, disciplinas acerca do tema da pessoa com deficiência. Entretanto os docentes formados já com cursos que tiveram pelo menos um componente sobre pessoas com deficiência, também se queixaram de dificuldades (SILVA, 2012).

Barreto et al (2013) chegou a resultado semelhante, em pesquisa realizada com 20 professores graduados em Educação Física, entre 1985 a 2006, atuantes na rede pública e privada, das cidades Santo Antônio do Amparo e Perdões, no estado de Minas Gerais. A maioria dos professores participantes do estudo revelaram que não se sentem preparados

para atuar com alunos com deficiência, pois não fizeram cursos de preparação e formação continuada e sentem dificuldades quando atuam com esse público.

Outro estudo que concorda com os dois anteriores é o de Fiorini e Manzini (2014), que investigaram dezessete professores de Educação Física que atuavam em escolas municipais, do 1º ao 5º ano, de uma cidade do Estado de São Paulo. Os docentes atribuíram dificuldades tanto à formação acadêmica da graduação quanto à continuada, focadas basicamente três dificuldades sobre a disciplina Educação Física Adaptada: o não oferecimento da disciplina, a disciplina muito voltada apenas à teoria, e quando havia situações hipotéticas de deficiência, esta era majoritariamente voltada à deficiência física.

Por último o estudo de Schmitt et al (2015) que entrevistaram 30 professores de Educação Física, já graduados, que trabalham em escolas públicas e particulares do município de Marechal Cândido Rondon – PR. No que diz respeito a disciplina de Educação Física adaptada na graduação, o resultado da pesquisa demonstrou 22% dos entrevistados disseram que não tiveram disciplina que tratasse das pessoas com deficiência. Dos que tiveram a disciplina, 50% dos docentes acharam que ela foi insuficiente, 17% acharam pouco suficiente e apenas 11% consideraram a disciplina como suficiente.

Estes estudos evidenciam que ainda que haja a inclusão de uma disciplina no currículo dos cursos de Educação Física, esta ainda não garante uma formação que proporcione uma segura atuação dos professores de Educação Física para com alunos com deficiência (SILVA, 2012).

Autores como Lunna (2005), Cruz (2008) e Silva (2012) concordam que uma alternativa para enfrentar essa dificuldade que os cursos de graduação em Educação Física têm na formação para atuar com alunos com deficiência, será envolver o conteúdo sobre as pessoas com deficiência nas outras disciplinas do currículo, de modo que cada componente curricular dialogue com o tema da pessoa com deficiência, dentro da sua especificidade.

Segundo Lunna (2005) esta possibilidade é muito válida, desde que haja uma capacitação para os professores dessas disciplinas, mesmo acreditando que isso poderia ser um empecilho, já que normalmente os professores e os formadores de professores não se preocupam em criar novas estratégias, muitas vezes evitando o trabalho de se adaptar a pessoa com deficiência. E a autora ainda complementa:

Priorizar os espaços das práticas reais em vez de modelos prescritivos é uma forma de estabelecer bases mais concretas na promoção de didáticas que não ignoram as diferenças, ponto latente, já que trabalhar com um aluno padrão economiza esforços. É mais fácil ignorar as necessidades especiais, tornando a homogeneização uma prática comum. O professor não vê além dos alunos, não enxerga as pessoas. E a formação do profissional tem negligenciado neste ponto, inclusive com um grupo em especial, o das Pessoas com Necessidade Especiais (LUNA, 2005, p. 27).

Além disso Cruz (2008) propõem que pessoas com deficiência sejam convidadas para palestrar ou participar dos componentes curriculares, além de haver um constante intercâmbio entre a

Instituição de Ensino Superior e as escolas especiais, as Salas de recursos multifuncionais e instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com possibilidade de estágio nesses espaços, para os alunos de graduação.

Os autores apresentados deixam claro que aglutinar um ou outro componente curricular nos fluxogramas dos cursos de Educação Física não é suficiente para dar ao egresso a segurança necessária para atuar com os diferentes tipos de deficiência, que se desdobram em diversas possibilidades de intervenção. Nesse caso, invariavelmente os grupos de pesquisa e os cursos de pós-graduação assumem importância central nesse percurso formativo.

### **Panorama da Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Física Adaptada no Brasil**

Atualmente, para além das disciplinas do currículo, a complementação da formação na Educação Física Adaptada fica a cargo dos grupos de pesquisa e núcleos de extensão promovidos nas Instituições de Ensino Superior. Porém, além de não haver grupos sobre essa temática em todas as Faculdades e Universidades, a participação nos grupos de pesquisa e extensão normalmente não são obrigatórios para os estudantes.

Ao realizarmos uma pesquisa no dia 13 de setembro de 2017 na base de dados do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) usando o termo “Educação Inclusiva”, apareceram 309 grupos de pesquisa e usando o termo “Educação Especial” foram encontrados 247. Entretanto usando o termo “Educação Física Adaptada” foram encontrados apenas 15 grupos em todo o Brasil, que estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Grupos de pesquisa com a temática da Educação Física Adaptada

Nome do grupo	Instituição	Área de pesquisa
Atividade Física e Deficiência Intelectual	UNB	Educação Física
Budo Kenkyukai - Grupo de Estudos em Budo	UFES	Educação Física
GEPECOM	UEM	Educação Física
GESPEF – Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física	EUROAM	Educação Física
Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Educação à Diversidade	UESB	Educação
Grupo de Estudos e Pesquisa em Atividade Física Adaptada na Unioeste - UNIGEPAPA	UNIOESTE	Educação Física
Grupo de Estudos em Atividade Física e Saúde	UFSJ	Educação Física
Grupo de Estudos em Atividade Física, Esporte e Saúde	UNINOVE	Educação Física
Grupo de Estudos em Educação Física e Esportes Adaptados	UENP	Educação Física
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Especial e Educação Física Adaptada (GEPEFA)	UNEB	Educação Física
Grupo de Pesquisa em Atividade Motora Adaptada	UCB	Educação Física
Grupo de Pesquisa em Avaliação Motora Adaptada	UNICAMP	Educação Física
Grupo de Pesquisa em Educação Especial	UFMA	Educação
Laboratório de atividade motora adaptada, psicologia e pedagogia do esporte (LAMAPPE/ DEF-FC, UNESP BAURU)/ GEPPEA - grupo de estudos, ensino, pesquisa e extensão em pedagogia do esporte adaptado	UNESP	Educação Física
Núcleo de Educação Física e Esportes Adaptados (NEFEA)	UEFS	Educação Física

<http://lattes.cnpq.br/web/dgp#>

Os dados apresentados na tabela 1 demonstram que existem 15 grupos de pesquisa com linhas voltadas a temática da Educação Física Adaptada, sendo 13 deles em IES públicas. A divisão regional ficou: 5 grupos na região Sudeste (3 em São Paulo, 1 em Minas Gerais e 1 no Espírito Santo), 4 grupos no Nordeste (3 na Bahia e 1 no Maranhão), 3 no Centro Oeste (todos no

Distrito Federal) e 3 no Sul (todos no Paraná).

A análise da tabela 1 nos permite aferir que, ainda que possa haver vários grupos de pesquisa que possuem linhas com temática voltada para a pessoa com deficiência nas IES brasileiras, existem apenas 15 voltados especificamente para a Educação Física Adaptada, que é uma quantidade muito pequena em comparação com os 1663 cursos de

graduação em Educação Física existentes no Brasil (juntando presenciais e EAD) inseridos no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior do Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

Deste modo, ainda que exista na totalidade dos cursos de graduação em Educação Física uma disciplina que trate sobre as pessoas com deficiência, a falta de profissionais especializados e de grupos de pesquisa da área acabam por influenciar diretamente na formação e consequentemente na produção científica e no próprio desenvolvimento da Educação Física Adaptada enquanto área de conhecimento.

Para confirmarmos essa afirmação trazemos os estudos de Chicon et al (2014) que objetivaram analisar a produção e discussão do conhecimento, acerca da formação de professores na perspectiva da inclusão, em cinco dos principais periódicos da área da Educação Física na década de 2000 a 2010. Os resultados da pesquisa demonstraram a insuficiência de estudos na área de Deficiência.

Indo na mesma linha, o estudo de Cortez et al (2014) teve como objetivo explorar a produção acadêmica no campo da Educação Física Adaptada presente no Portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SOBAMA (Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada). Foram encontrados 220 estudos que se concentraram em sua maioria na área da Deficiência Intelectual (33%) e Deficiência Motora (30%). Desta forma, a pesquisa mostrou a existência de lacunas na quantidade

produções acadêmicas, principalmente no campo da Deficiência Auditiva, Visual e Múltiplas.

O estudo de Barreto et al (2014) objetivou fazer uma análise de publicações científicas que tratam da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física na escola em 62 revistas científicas em língua portuguesa. Os resultados demonstraram que apenas 7 periódicos se enquadravam nos critérios de inclusão, o que demonstrou que, nesses 10 anos não foram realizadas muitas publicações de grande impacto na área de Educação Física que tematizem sobre pessoas com deficiência.

Assim, é possível aferir que com apenas 15 grupos de pesquisa em todo o país, o atendimento a demanda da produção científica na Educação Física Adaptada e consequente formação de professores de qualidade para atuar com alunos com deficiência fica comprometida. Por conta disso os grupos existentes ficam sobrecarregados e não conseguem dar conta de formar em tempo hábil uma quantidade de pesquisadores exigidos para criação e manutenção de novos cursos de Pós-graduação, tanto Lato Sensu quanto Strictu Sensu no Brasil.

No caso da Pós-Graduação Lato Sensu, normalmente conhecidos como cursos de Especialização, o cadastro *on-line* de Instituições e Cursos de Educação Superior do Ministério da Educação, conhecido como e-MEC tem em sua base de dados 20 cursos cadastrados que possuem em sua denominação o termo “Educação Física Adaptada” (BRASIL, 2017). A lista desses cursos está apresentada na tabela 2:

Tabela 2: Relação dos cursos de Especialização em Educação Física Adaptada

Instituição (IES)	Denominação	Modalidade	Carga Horária
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA (FABRA)	Educação física adaptada	Educação Presencial	360
FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ (FATEC-IVAÍ)	Educação física adaptada	Educação Presencial	360
FACULDADE IDEAL DE PATOS (FACIPA)	Educação física adaptada	Educação Presencial	580
FACULDADE DE NANUQUE (FANAN)	Educação física adaptada	Educação Presencial	640
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DO NORTE DO PARANÁ (FATECIE)	Educação física adaptada	Educação Presencial	390
FACULDADE HÉLIO ROCHA (FHR)	Educação física adaptada	Educação Presencial	380
FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (FAVENI)	Educação física adaptada	Educação Presencial	520
FACULDADE ITANHAÉM (FAITA)	Educação física adaptada	Educação Presencial	420
FACULDADE FUTURA	Educação física adaptada	Educação a Distância	520
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM)	Educação física adaptada	Educação a Distância	495
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA SERRA (FASE)	Educação física adaptada	Educação Presencial	360
FAP-FACULDADE DE PINHEIROS (FAP)	Educação física adaptada	Educação Presencial	480
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA (CESV)	Educação física adaptada	Educação Presencial	480
FACULDADE DE PATROCÍNIO (IESP)	Educação física adaptada	Educação Presencial	560
FACULDADE DOM ALBERTO (FDA)	Educação física adaptada	Educação Presencial	520
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IBITURUNA (ISEIB)	Educação física adaptada	Educação Presencial	480
FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (FAVENI)	Educação física adaptada a inclusão	Educação Presencial	520
FACULDADE FUTURA	Educação física adaptada a inclusão	Educação a Distância	520
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)	Educação física adaptada ao paradesporto	Educação Presencial	380
FACULDADE CASA BRANCA (FACAB)	Educação física adaptada para pessoas com necessidades especiais	Educação Presencial	420

<http://emec.mec.gov.br/>

Os dados da tabela 2 demonstram que curiosamente e de forma oposta aos dados apresentados na tabela 1, existe o

predomínio das IES privadas na oferta dos cursos de Especialização. De fato, nenhum dos 20 cursos cadastrados são de

IES públicas. 17 estão cadastrados como sendo de oferta presencial, apesar de serem oferecidos em vários estados diferentes do estado de origem da IES promotora.

Ao buscar pelo termo “Atividade Física adaptada” no mesmo banco de dados foram encontrados 12 cursos correspondentes, apresentados na tabela 3:

Tabela 3: Relação dos cursos de Especialização em Atividade Física Adaptada

Instituição(IES)	Denominação	Modalidade	Carga Horária	UF de Oferta
UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA (UNIARA)	ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA	Educação a Distância	360	SP
FACULDADE UNINASSAU PARNAMIRIM ()	Atividade física adaptada e saúde	Educação Presencial	360	RN
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)	Atividade Física Adaptada e Saúde	Educação Presencial	400	SP
FACULDADES SPEI (FACSPEI)	Atividade Física Adaptada e Saúde	Educação Presencial	360	PR
FACULDADE REDENTOR (FACREDENTOR)	Atividade Física Adaptada e Saúde	Educação a Distância	360	RJ
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA)	ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA E SAÚDE	Educação Presencial	360	BA,RJ,RS
Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense (FACAPI)	ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA E SAÚDE	Educação Presencial	360	PI
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM)	ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA E SAÚDE	Educação a Distância	420	RJ
UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS (UBC)	ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA E SAÚDE	Educação a Distância	360	SP
FACULDADE DO TAPAJÓS (FAT)	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA	Educação Presencial	444	PA
FACULDADES ITECNE DE CASCAVEL (ITECNE)	Educação Física Escolar e Atividade Física Adaptada	Educação Presencial	444	PR
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU (UNINASSAU)	ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA E SAÚDE	Educação a Distância	360	PE

<http://emec.mec.gov.br/>

Os dados da tabela 3 mantem a mesma tendência, com todos os 12 cursos oferecidos em Instituições privadas, com 7 oferecidos de forma presencial e 5 na modalidade a distância.

Esses dados nos permitem concluir que não existem relação entre os grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ e os cursos de Especialização em Educação Especial, demonstrando um descompasso entre a produção científica

e formação pós-graduada sobre a temática no país.

Voltando ao estudo Schmitt et al (2015) com 30 professores de Educação Física, 73% dos professores entrevistados disseram que não tinham condições de atuar com alunos com deficiência sem ter um curso de Especialização na área, enquanto que 23% responderam que talvez tenham condições e só 4% afirmaram categoricamente ter condições de atuar com alunos com deficiência mesmo sem ter um curso de Especialização.

Para Martins (2014) a intervenção estatal é importante para promover a oferta de capacitação a nível de pós-graduação. Entretanto na tabela é perceptível que as IES públicas apesar de possuir a maior parte dos grupos de pesquisa ainda estão muito aquém do que diz respeito a oferta de cursos de Especialização na área de Educação Especial.

Alguns cursos de oferta sazonal, como o oferecido no campus IV da Universidade do Estado da Bahia, denominado Especialização em Atividade Física para pessoas com deficiência, ainda são muito raros no Brasil.

No caso da pós-graduação *Stricto Sensu* a situação é ainda mais alarmante, pois não existe um Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) específico sobre Educação Física Adaptada cadastrado na CAPES. Apenas no Programa em Educação Física da Unicamp, uma das 3 áreas de concentração é em Atividade Física Adaptada.

Mesmo se ampliarmos para a Educação Especial como um todo, a situação ainda não melhora, pois existe apenas 1 (um) programa de Mestrado e Doutorado na área de Educação Especial, oferecido pela Universidade Federal de São Carlos,

no interior de São Paulo, sendo uma referência internacional nessa temática.

A carência é suprida em parte por alguns programas que possuem linhas ou grupos de pesquisa que tratam das deficiências ou necessidades educacionais especiais, muitas vezes ligados a Programas de Mestrado e Doutorado em Educação.

Deste modo, ainda que as novas Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia trouxeram novas oportunidades de ampliação do campo de trabalho dos profissionais de Educação Física Adaptada, os dados aqui apresentados alertam para o fato de que o campo acadêmico da Educação Física Adaptada no Brasil ainda é muito restrito e está aquém de conseguir suprir essa demanda, que pode ser aumentada a medida que Diretrizes semelhantes comecem a ser replicadas pelos outros estados da federação.

Os problemas vão desde a formação inicial dos currículos dos cursos de Educação Física, que não conseguem dar conta de garantir uma formação segura para atuação com pessoas com deficiência; até a pequena oferta de grupos de pesquisa e cursos de pós-graduações na área.

### **Considerações finais**

Diante da situação posta, o objetivo deste texto foi discutir a atual formação do professor de Educação Física Adaptada, no que diz respeito a graduação, pesquisa e pós-graduação por conta das demandas trazidas a partir da promulgação das novas Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia.

Assim, foi possível observar que, cada vez mais a importância de profissionais de Educação Física Adaptada é requisitada. Entretanto, as configurações curriculares atuais dos cursos de graduação não estão conseguindo garantir uma formação segura para que o

egresso possa atuar com pessoas com deficiência.

Aliado a essa situação foi possível notar também o reduzido número de grupos de pesquisa sobre a temática, o descompasso com os cursos de Especialização e a não existência de Programas de Pós-Graduação Strictu Sensu independentes sobre Educação Física adaptada.

Assim, mesmo que muito já tenha sido feito desde os anos 80 do século XX para a consolidação da Educação Física Adaptada brasileira, ainda há um longo caminho a ser trilhado e uma série de nós a serem desamarrados, para enfim podermos garantir uma formação acadêmica condizente com as necessidades reais das pessoas com deficiência no âmbito da saúde, do esporte e do lazer.

Por fim, é importante que mais estudos possam ser produzidos sobre a temática, no sentido de contribuir com a melhora da formação de profissionais de Educação Física Adapta e sua consequente atuação com pessoas com deficiência.

## Referências

BAHIA. **Diretrizes da educação inclusiva no Estado da Bahia:** (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação). Secretaria da educação do Estado da Bahia. Salvador. 2017.

BARRETO, Michelle Aline, LUCIANO, Tatiane Santos, PAULA, Laura Neves de, BORGES, Paula Aparecida. A preparação do profissional de educação física para a inclusão de alunos com deficiência. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 152-167, jan./jun. 2013.

BARRETO, Michelle Aline et al. Análise das publicações sobre inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar em periódicos brasileiros online. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 530-545, jan./mar. 2014

BRASIL, CFE - Resolução 03/87, de 16 de junho de 1987, Brasília: Documenta 315/setembro, 1987.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e do Desporto. **Portaria Ministerial nº 1793 SEESP/MEC, de 27 de dezembro de 1994.** Diário Oficial da União de 28/12/1994.

BRASIL. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior.** <http://emec.mec.gov.br/>. Acessado em 11 de novembro de 2017.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física:** a sociedade cria, “recupera” e discrimina. Brasília, DF: Secretaria dos Desportos/PR, 1994

CARLOU, Amanda. Estratégias pedagógicas para ensino-aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 205, v. 18, n. 205, 2018.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência.** Uberlândia, 1997.

CHICON, José Francisco, PETERLE, Ludmila Lima, SANTANA, Monique Adna Galdino de Santana. Formação, Educação Física e inclusão: um estudo em periódicos. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S830-S845, abr./jun. 2014

CORTEZ, Antônio Carlos Leal et al. A produção do conhecimento na área de Educação Física adaptada: uma revisão de literatura. **Rev. Saúde em Foco**, Teresina, v. 1, n. 2, art. 1, p. 01-14, ago. / dez. 2014

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo.** Londrina: Eduel, 2008.

DARIDO, Suraya Cristina et al. Vestibular em Educação Física: perspectivas de relacionamento com o primeiro e segundo graus. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, nº 16, p. 108-112, 1995

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. v. 3. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995

FIORINI, Maria Luiza Salzani, MANZINI, Eduardo José. Formação do professor de educação física para inclusão de alunos com deficiência. **Poesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.12, n.1, p. 94-109, jan./jun. 2014

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. 9 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

MARTINS, Celina Luísa Raimundo. Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes. **Revista Movimento**, vol. 20, núm. 2, abril-junho, 2014, pp. 637-657.

LUNNA, Christiane Freitas, **Educando para a diferença: análise crítica do conhecimento sobre pessoas com necessidades especiais nos currículos dos cursos de educação física**, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.

OLIVEIRA, João Danilo Batista de. **Concepções de deficiência: Um estudo das representações sociais dos professores de Educação Física no ensino superior**. 2007, Dissertação (Mestrado em

Educação) Universidade Federal da Bahia. Salvador

RIBEIRO, Sônia Maria. **A formação acadêmica refletindo na expansão do esporte adaptado: uma abordagem brasileira**. Revista brasileira de ciências do esporte, Campinas, v. 25, n.3, p. 57-69, maio, 2004.

SCHMITT, Jessica Aline et al. Concepção de professores de Educação Física em relação à qualificação e atuação junto de alunos com deficiência. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-19, jan./mar. 2015.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da. **Os desafios da inclusão nas aulas de educação física do ensino público regular: mapeando a realidade de Feira de Santana**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2012. 141 f.

*Recebido em 2018-11-06  
Publicado em 2019-03-12*